



Uniformizar para continuar rumo
à qualidade da prestação jurisdicional.

4ª Mostra de Boas Práticas

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Práticas!

Guia de boas práticas selecionadas

Apresentadores:

*José Manoel de Goes Nunes
Beatriz Villela Araujo de Carvalho
Gibram de Oliveira Polimeni
Adriana Pannoni Maricato
Mario Sergio Guerreiro Franco
Janaina Camargo Fuzetti
Mary Lea Paulino Gonçales
Iara Cristina Gomes
Sueli Maria Pozzani e equipe*



TRT da 15ª Região
CORREGEDORIA REGIONAL

Prática 1

“Varal Processual – Conduzindo o Processo na Linha Certa.”

- **UNIDADE:** 1ª VT de São Carlos;
- **AUTORIA:** José Manoel Goes Nunes e equipe.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Necessidade de formar e treinar servidores sobre os procedimentos corretos a serem implementados na condução das ações trabalhistas, com ênfase no alinhamento institucional, dentro do conceito de Células de Trabalho (Audiência, Conhecimento, Liquidação e Execução).

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Existem 5 conjuntos compostos por folhas A4 impressas com os nomes de peças e atos processuais de uma ação trabalhista: Kit 1 – Processo do Trabalho Global; Kit 2 – Audiência, Kit 3 – Conhecimento; Kit 4 – Liquidação e Kit 5 – Execução.

A PRÁTICA: Estende-se um fio (o varal) com prendedores em um local da Secretaria, onde se possa reunir a equipe. Um servidor incumbido de promover a dinâmica (*Facilitador*) embaralha as folhas do kit a ser trabalhado; chama um servidor a cada vez, entrega-lhe uma folha e pede-lhe para pendurar no varal no local correspondente ao momento processual da ação trabalhista.



Ao pendurar a folha, o servidor terá 30 segundos para falar algo sobre aquela peça ou ato processual. Assim, segue-se chamando os demais servidores até que todas as folhas estejam penduradas. O *Facilitador* deve aproveitar para fazer intervenções com comentários induzindo ao alinhamento das atividades e provendo explicações. A pedido da equipe, pode-se deixar o varal estendido por alguns dias para facilitar a memorização e propiciar debates posteriores.

- Kit 1** *Processo do Trabalho Global*: estão impressas folhas com os nomes das principais peças e atos de uma ação trabalhista;
- Kit 2** *Audiência*: estão impressas folhas com os nomes das peças e atos processuais que ocorrem até a efetiva realização da 1ª audiência;
- Kit 3** *Conhecimento*: estão impressas folhas com os nomes das peças e atos processuais que ocorrem após a 1ª audiência e até o trânsito em julgado da ação trabalhista;
- Kit 4** *Liquidação*: constam os nomes das peças e atos processuais que ocorrem após o trânsito em julgado, até a intimação/citação da reclamada para pagamento;
- Kit 5** *Execução*: constam os nomes das peças e atos processuais que ocorrem após o não cumprimento da obrigação de pagar até o arquivamento da ação trabalhista.

C. RESULTADO AUFERIDO:

Esta prática vem sendo implementada recentemente na 1ª VT de São Carlos, resultando em coesão da equipe e alinhamento dos procedimentos efetivados na condução das ações trabalhistas, com especial atenção à Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 (Células de Trabalho). Mostrou-se, ainda, de grande importância na fase de execução ante as recentes alterações trazidas pelo Provimento GP - CR 05/2015.

Com melhor domínio pelos servidores do *iter* procedimental há redução de retrabalho e otimização, provendo celeridade processual e alinhamento da unidade jurisdicional às diretrizes institucionais do TRT da 15ª Região, gerando melhora na qualidade da prestação jurisdicional. Os kits 2 a 5 foram criados com participação de cada servidor das respectivas células de trabalho.

É uma prática de fácil de implementação e replicação nas demais unidades jurisdicionais, pois, bastam folhas A4 impressas, um fio e prendedores, com custo próximo de zero e ótimos resultados no alinhamento da equipe, permitindo ao gestor a detecção de não-conformidades e sua correção.

Prática 2

“Processômetro.”

- **UNIDADE:** VT de Barretos;
- **AUTORIA:** Beatriz Villela Araujo de Carvalho.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

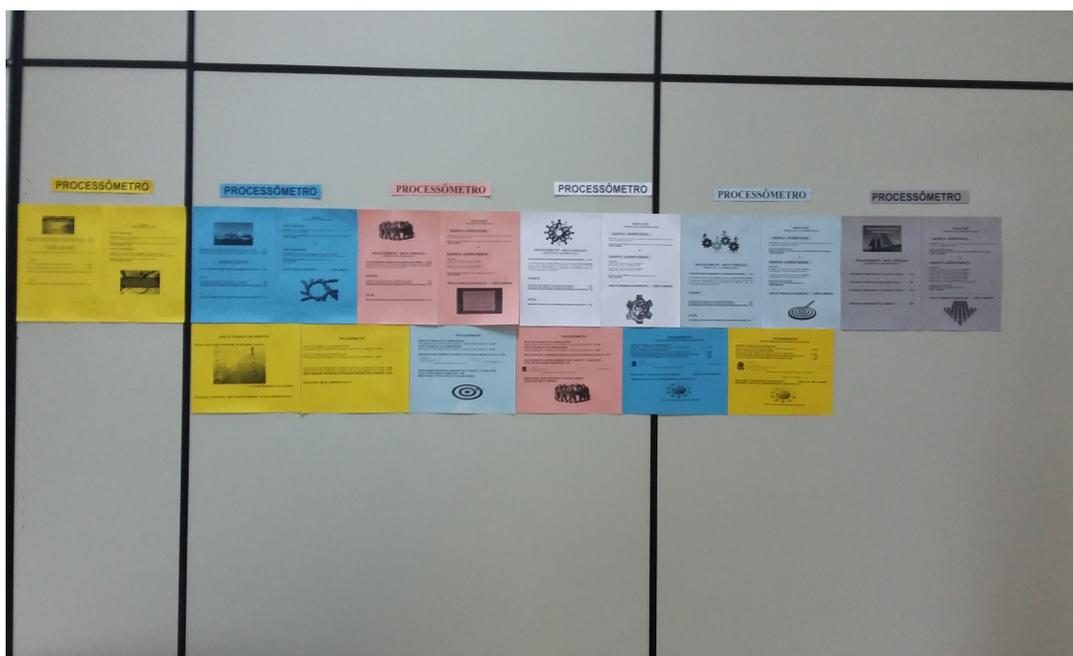
Necessidade de *divulgação* dos resultados obtidos pela unidade, ante a implementação de plano de ação para alinhamento ao contido no artigo 2º, II da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Trata-se de um resumo dos *resultados* obtidos pela unidade, conforme dados extraídos do SAP. Além disto, colocamos a *média diária* de tramitação no período, bem como frases e figuras motivacionais do trabalho em equipe. O PROCESSÔMETRO é afixado na copa, em papel colorido, de modo que todos podemos acompanhar o trabalho desenvolvido.

C. RESULTADO AUFERIDO:

O *Processômetro* é uma ferramenta muito eficiente para MOTIVAÇÃO e AUTOAVALIAÇÃO da equipe.



Prática 3

Comunicado Cadastro de Petições.

- **UNIDADE:** VT de Barretos;
- **AUTORIA:** Beatriz Villela Araujo de Carvalho.

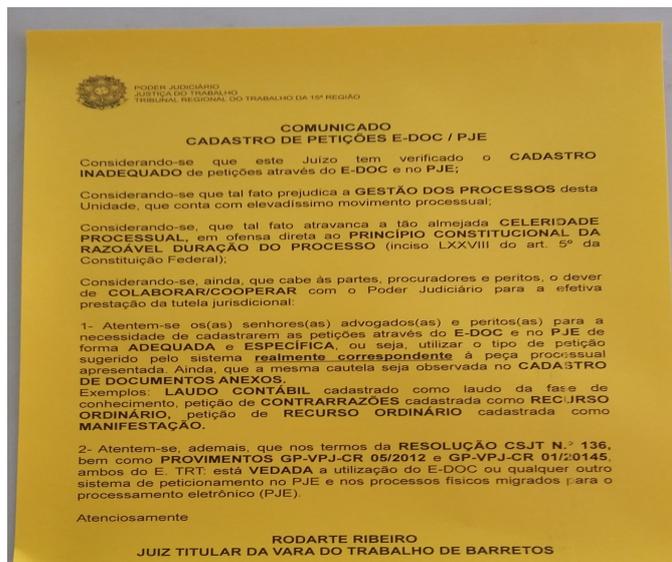
A. PROBLEMA ENFRENTADO:

CADASTRO INADEQUADO de petições através do E-DOC e no PJE.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Elaborado o comunicado "CADASTRO DE PETIÇÕES E-DOC / PJE", o qual foi afixado em local visível na unidade, distribuído aos advogados na sala de audiência e encaminhado por e-mail aos peritos.

O COMUNICADO foi enviado por e-mail para a Corregedoria.



C. RESULTADO AUFERIDO:

Espera-se que com esta recente medida, o cadastro de petições seja efetuado de forma adequada, o que favorece:

- a GESTÃO DOS PROCESSOS e performance da unidade no E-GESTÃO
- a CELERIDADE PROCESSUAL.

Prática 4

Parametrização – Oficiais de Justiça.

- **UNIDADE:** 6a VT de Campinas;
- **AUTORIA:** Ana Cláudia Torres Vianna – responsável pela Central de Mandados – Coordenadoria de Gestão Compartilhada – Campinas.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Dúvidas constante dos oficiais de justiça com os mandados, especialmente de ferramentas eletrônicas, das diversas Varas de Campinas.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Organização de um manual denominado “Parametrização para oficiais de justiça”, para simplificar e otimizar o trabalho, com situações detalhadas de como proceder nas diligências. O manual está à disposição dos oficiais, de tal sorte que os incidentes e dúvidas mais corriqueiras que surgem no cumprimento dos mandados de pesquisa e penhora tenham desde logo respostas previamente fixadas pelo(s) Juiz(es), em sistema similar ao já empregado pelos próprios juízes no trato com seus assistentes, que sabem de antemão os entendimentos e posicionamentos do magistrado acerca de cada tema em apreço.

C. RESULTADO AUFERIDO:

Agilidade no trabalho com as ferramentas eletrônicas visando um mínimo de padronização. Maior contato do Juiz com os oficiais de Justiça com intuito de melhorar as rotinas e evitar diligências que não atenderiam os princípios da utilidade e celeridade que regem a execução trabalhista. A prática ainda é recente mas já foi sentida melhora nos serviços.

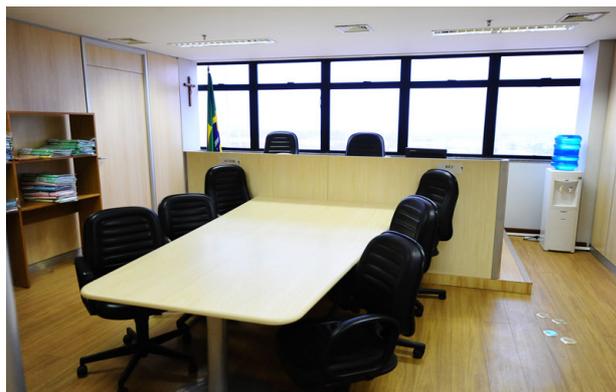
Prática 5

Controle de Perícia.

- **UNIDADE:** 11a VT de Campinas;
- **AUTORIA:** Gilberto Zen.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

A designação de audiência em processos que envolvem perícia estavam sobrecarregando a pauta de audiências e na maioria das vezes não havia conciliação, de forma que o comparecimento das partes se revelava mera formalidade. Ao par disso identificamos algumas empresas que não apresentam proposta de acordo nos casos que envolvem perícia.



Verificamos ainda que o modelo de despacho em uso demandava maiores serviços da Secretaria, de forma que otimizamos o procedimento de buscando agilizar e facilitar o andamento do processo.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

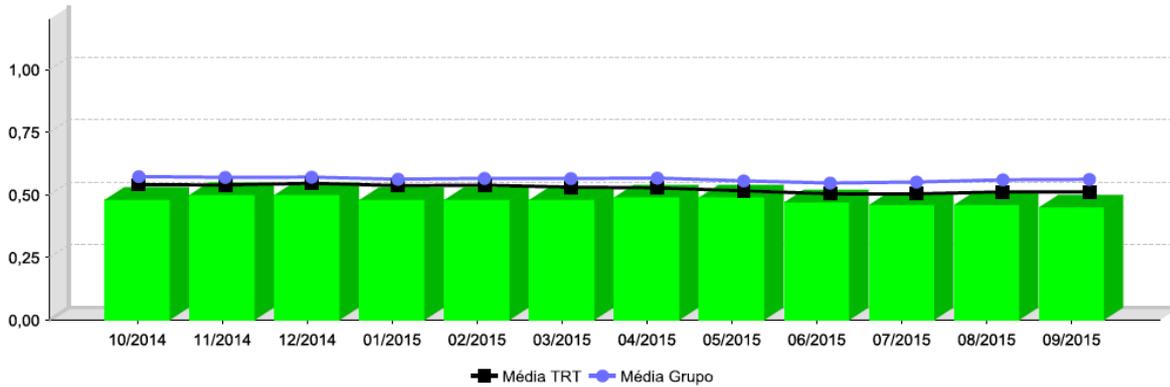
Os processos que envolvem perícia são retirados de pauta, sendo proferido despacho em que a reclamada é intimada para apresentar contestação no prazo de 20 dias, ressaltando que havendo interesse na conciliação o processo será incluído em pauta.

Apresentada a contestação é designada perícia, com data certa, com determinação para que as partes apresentem quesitos e assistentes diretamente ao perito, por email. Realizada a perícia, o perito encaminha o laudo às partes, por e-mail, que deverão oferecer suas impugnações. Oferecidas as impugnações o perito faz a juntada do laudo no PJe, com as impugnações e respectivos esclarecimentos. No despacho de determina a perícia já fica designada a data da audiência de instrução.

O procedimento é adotado para todos os casos em que haja necessidade de perícia médica. Para perícia de insalubridade/periculosidade o procedimento é adotado para empresas específicas que rotineiramente não apresentam proposta de acordo tendo em conta a experiência da Vara. Para as demais reclamadas é designada audiência inicial, tendo em vista a possibilidade de acordo.

C. RESULTADO AUFERIDO:

1. Redução de trabalho pela Secretaria;
2. Otimização da pauta de audiências;
3. Eliminação de incidentes (impugnações/manifestações) sobre a perícia;
4. Agilidade da realização e finalização da prova pericial;
5. Redução no tempo médio de duração dos processos.



Período	Grupo	Média TRT	Média Grupo	Índice [TCC]	Situação no TRT	Situação no Grupo
02/2015	De 2001 a 2500	0,52	0,54	0,48	● -0,04	● -0,06
03/2015	De 2001 a 2500	0,51	0,54	0,48	● -0,03	● -0,06
04/2015	De 2001 a 2500	0,51	0,54	0,49	● -0,02	● -0,05
05/2015	De 2001 a 2500	0,50	0,53	0,49	● -0,01	● -0,04
06/2015	De 2001 a 2500	0,48	0,53	0,47	● -0,01	● -0,06
07/2015	De 2001 a 2500	0,48	0,53	0,46	● -0,02	● -0,07
08/2015	De 2001 a 2500	0,49	0,54	0,46	● -0,03	● -0,08
09/2015	De 2001 a 2500	0,49	0,54	0,45	● -0,04	● -0,09

Prática 6

Incentivando a Gestão Participativa.

- **UNIDADE:** 1ª VT de Araraquara;
- **AUTORIA:** Mário Sérgio Guerreiro Franco.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Dificuldade na gestão de processos em virtude de lançamentos errados no e-Gestão ou simplesmente ausência dê.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Acompanhar periodicamente os dados obtidos no e-Gestão e orientar os servidores – de acordo com a fase do processo em que atuam – a sanar inconsistências e a efetuar os registros pertinentes, criando paulatinamente a cultura da necessidade dos corretos lançamentos para a gestão, com a consequente melhora nos congestionamentos.

C. RESULTADO AUFERIDO:

A prática começou a ser adotada em 12/2014.

Evolução dos congestionamentos de acordo com o MGD:

TCE: de 0,79 para 0,43.

TCC: de 0,59 para 0,42.

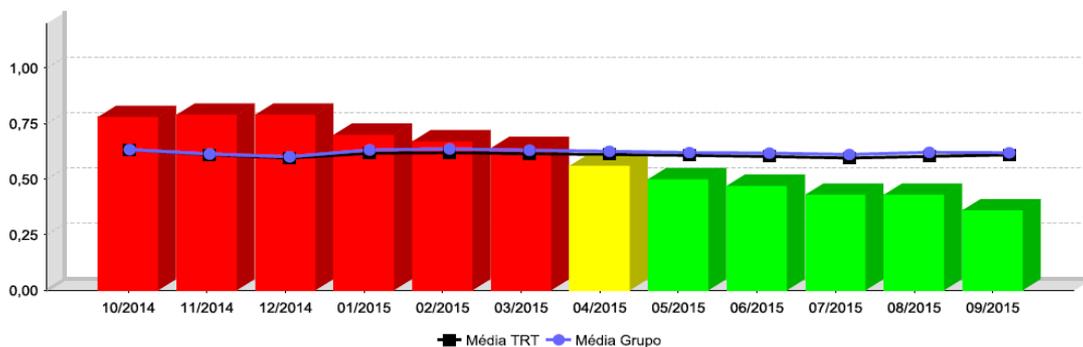
TCIP: 0,21 para 0,11.



Congestionamento na Execução [TCE]



ARARAQUARA - 1ª VARA - De 1501 a 2000 processos



Prática 7

Otimização para a fase de conhecimento.

- **UNIDADE:** 3ª VT de Campinas;
- **AUTORIA:** Janaína Camargo Fuzetti.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Comprometimento dos peritos e das partes quanto aos prazos e deliberações da audiência.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Nos casos de processos que exigem a realização de perícia, todos os procedimentos decorrentes desse trabalho são estabelecidos em audiência, a fim de se evitar a necessidade de atuação direta dos servidores para que o processo tenha uma tramitação adequada.

Assim, estabelecemos a data da perícia e todos os prazos seguintes, inclusive das partes, sendo que todos os envolvidos saem cientes.

A inovação consiste nos honorários periciais prévios depositados em conta bancária do próprio perito, dispensando a necessidade de expedição da guia de retirada.

C. RESULTADO AUFERIDO:

Com a necessidade de organização da Secretaria em grupos de conhecimento e execução, percebemos que o grupo do conhecimento otimiza uma parte considerável do seu serviço, ao passo em que toda a tramitação do processo até a realização da audiência de instrução é praticamente automática.

Com a mão de obra otimizada, conseguimos utilizar algumas pessoas do próprio grupo de conhecimento para auxiliar o grupo de execução em situações práticas.

Além de concentrar esforços na fase mais crítica da Unidade, contribuimos para que a equipe se sinta unida e responsável pelos resultados do grupo em geral.

Prática 8

Saneamento dos Processos em Fase de Execução para Melhora do Fluxo e Migração do SAP para a Plataforma PJe-JT.

- **UNIDADE:** VT de Batatais;
- **AUTORIA:** Mary Léa Paulino Gonçalves e equipe

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Fluxo de execução congestionado e Ordem do Comitê Gestor do PJe de efetuar a Migração dos processos físicos de execução em trâmite na Vara para plataforma PJe-JT, com autuação de CLE (Cadastro de Processos de Liquidação e Execução), atuando como projeto-piloto.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Investimos no saneamento da execução para melhora dos números da Vara e como estratégia de diminuição do acervo para migração. Trabalhamos então em duas etapas: Saneamento e Migração.

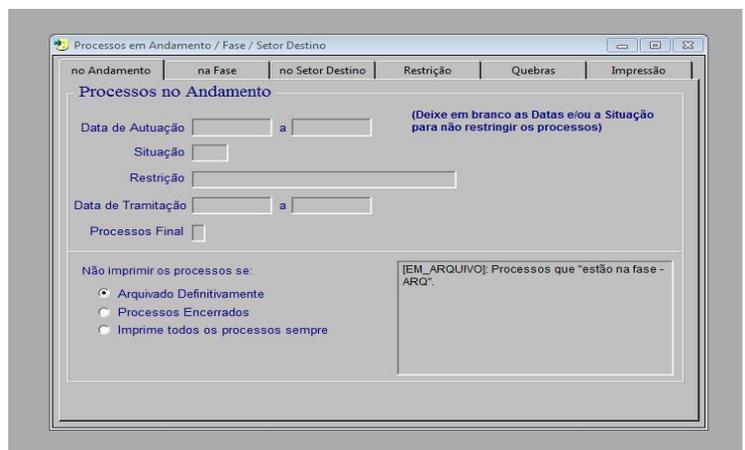
SANEAMENTO DA EXECUÇÃO

Todo trabalho foi realizado com ampla utilização dos Relatórios do SAP, nesta ordem:

1. Análise dos relatórios do SAP com vistas a identificar processos em fase de finalização, agilizando o arquivamento de processos e buscando corrigir eventuais erros ou omissões em lançamentos.

Encontramos aqui processos aguardando retirada de alvará, sendo que o documento já havia sido encaminhado ao banco; processos em que o reclamante estava em lugar incerto e não sabido e o patrono depositou seu crédito; processos remetidos ao arquivo sem lançamento das ocorrências que finalizam a execução (RMA sem EEN/ARQ).

2. União de Execuções contra o mesmo devedor. A primeira etapa foi a identificação dos grandes devedores da VT de Batatais partindo do relatório do SAP – Ocorrência/Andamento/Fase/Setor destino. O relatório relaciona com competência



processos de execução tanto em arquivo provisório como em andamento. Realizamos a mesma pesquisa no PJe.

Identificados os grandes devedores, elegemos processos pilotos, escolhendo aqueles com polo passivo mais amplo (sócios e eventuais empresas com reconhecimento de pertença a mesmo grupo econômico) e com execução em fase mais adiantada. Foram incluídos no polo ativo do piloto todos os credores e advogados. Extinguimos os processos filhos e os remetemos ao arquivo.

Processos apensados: excluímos o processo que encabeçava os apensos do BNDT. Desapensamos apenas no sistema e esclarecemos o procedimento em despacho (não é necessários desmontar os processos). Incluímos exequentes dos apensos no polo ativo do piloto. Refizemos a inclusão do processo piloto no BNDT. Extinguimos/Arquivamos/ Remetemos ao arquivo os processos desapensados em caixa fictícia.

3. Extinção de processos: Com a anuência do Juiz, utilizando permissivos dos regulamentos do TRT e TST, identificamos outros processos passíveis de extinção:

3.1. Identificamos nosso grande vilão que eram as execuções frustradas. Tínhamos segurança de que não foram enviados prematuramente para arquivo provisório execuções com chance de solvência. Todas as ferramentas disponíveis foram utilizadas à exaustão, realizada despersonalização. Todos os processos tiveram execução suspensa, depois de ano a execução foi retomada, tudo sem êxito.

Fizemos então a extinção de processos com permissivo da Recomendação CGJT 02/2011 (execução frustrada, paralisada após exaustiva pesquisa de bens, com expedição de certidão de crédito sob demanda, para eventual ajuizamento de execução pelo PJe, mediante indicação de bens pelo exequente).

3.2. Extinção de processos de Massa Falida com créditos habilitados na ação falimentar com permissivo no Comunicado GP-CR 06/2014.

3.3. Extinção de Execução Previdenciária Frustrada com permissivo no Comunicado GP-CR n. 07/2014 do TRT da 15ª Região, combinado com previsão dos artigos 11 e seguintes do Capítulo INSS da CNC.

3.4. Extinção de Execução Previdenciária com pagamento parcelado diretamente na União, com o mesmo fundamento da providência anterior e ainda em razão de determinação expressa do então Desembargador Corregedor Regional, Dr. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella em Correição Ordinária.

3.5. Devolução de precatórias com providências pendentes na origem (por exemplo aguardando cumprimento de acordo para levantamento de penhora).

3.6. Identificação de Execuções Fiscais frustradas para verificar possibilidade de declarar prescrição.

MIGRAÇÃO

A migração consiste no cadastramento do autuação de CLE (Cadastro de

Processos de Liquidação e Execução) na plataforma do PJe, com dados cadastrais do SAP. Foi desenvolvido por nossa TI, em adaptação de programa do TRT da 10ª Região, programa de migração de dados. Fomos piloto também no teste do programa.

Providência preliminar:

1. Saneamento dos cadastros dos advogados e partes sem CPF no SAP. Para partes há recurso no SAP que informa os CPF irregulares. Para os advogados utilizamos um relatório fornecido pela TI. O programa de carga não funciona se os envolvidos não tem CPF.

2. Organização dos trabalhos mediante extração de relatórios do SAP por fase/ocorrência ou Relatórios do e-Gestão fornecidos pela Corregedoria. Distribuição de lotes entre todos os servidores, separados por assunto. Por exemplo: Um servidor migra e tramita todos os processos aguardando pagamento de precatório; outros processos aguardando pagamento de acordo em execução; outros processos aguardando baixa de recurso em trâmite do TST etc.

3. As cargas foram realizadas em pequenos lotes de processos. Cada servidor ordenava a carga de seu lote, conferia os dados do CLE em elaboração, assinava e protocolava o CLE no PJe. Neste momento fazíamos a correção de cadastro de Fazenda Pública, Ministério Público do Trabalho, cadastrávamos advogados ainda não inseridos no PJe. Cada servidor foi orientado a fazer a primeira carga no treinamento para familiarização com a ferramenta. A segunda carga já era feita na produção.

A próxima etapa era certificar brevemente do PJe a situação do processo no SAP. Foi levado para o CLE o último carimbo do SAP: AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE ACORDO DEZ 2016, COMPROVAÇÃO DEPÓSITO SET 2015, PRECATORIA EXPEDIDA AGO 2015, INDICAÇÃO BENS NOV 2015, SEF – SUSPENSO EXEC FRUSTRADA JUL 2015 etc.

Em seguida o processo foi tramitado no PJe em INICIAR LIQUIDAÇÃO ou INICIAR EXECUÇÃO e o processo movido para AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE PROVIDÊNCIA na caixa da quinzena correspondente. Tarefa terminada no PJe. O processo será analisado apenas quando for movimento pelo vencimento do prazo.

4. Tramitar no SAP a ocorrência PJE.

5- Na medida em que os processos forem analisados e despachados – no vencimento de prazo ou na existência de petição sem apreciação serão anexados no processo eletrônico as peças necessárias para o prosseguimento (Acordo e Cálculos para executar inadimplência, Auto de Penhora para inclusão em hasta pública etc).

C. RESULTADO AUFERIDO:

O início dos trabalhos deu-se em abril de 2015. No mês de março o número de execuções pendentes de finalização era 1248 entre SAP e PJe. Destes, 1132 eram do SAP. Em abril tivemos uma queda radical nos números por conta das

extinções das execuções frustradas, e nosso saldo baixou conforme gráfico abaixo:



Dos processos de execução no SAP aptos à migração, no final de agosto tínhamos 169 processos.

No mês de setembro fizemos a migração com auxílio do programa de carga de dados. Finalizamos setembro com migração de 100% dos processos aptos. Permanecem tramitando no SAP os processos sem trânsito em julgado, pendentes de finalização na fase de conhecimento (acordos com pagamento futuro, processos pendentes de solução de recurso na fase de conhecimento (RR, RE, AI no TST), e as execuções provisórias com providências esgotadas, já que as execuções provisórias em andamento estão no PJe. Na prática trabalhamos agora numa única plataforma.

O resultado do saneamento da execução foi muito bom, porque agora nós percebemos nosso retrato do e-Gestão fiel ao que somos: uma Vara de movimento médio que trabalha com competência. O peso das execuções frustradas pela inexistência do dinheiro não deve macular nosso desempenho. Tanto isso é verdade que intimamos todos os exequentes acerca das extinções e nenhum recurso foi oposto. Não havia dúvida da insolvência dos devedores, havia apenas apego a formalidade.

A migração ocorreu como se fosse uma abertura de volume do processo, em outra plataforma. Os dados cadastrais foram importados do SAP. Os documentos só serão anexados se essenciais para a tramitação, já que os processos físicos permanecem em Secretária para consulta e carga.

Durante a migração todos os dias foram extraídos relatórios do SAP para filtrar eventuais inconsistências. O resultado foi ótimo. É mais confortável o trabalho em uma única plataforma. O controle da tramitação fica mais lógico. A equipe participou ativamente da tarefa em todas as fases, auxiliou no planejamento, apontou falhas, sugeriu correções. Cumpriu a missão recebida.

Prática 9

Utilização do Juriscalc pelos Peritos.

- **UNIDADE:** VT de Araras;
- **AUTORIA:** Iara Cristina Gomes - Diretora.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

A demora da liquidação da sentença.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Determinação de que os peritos contábeis da unidade passassem a utilizar o Juriscalc para a realização do laudo contábil.

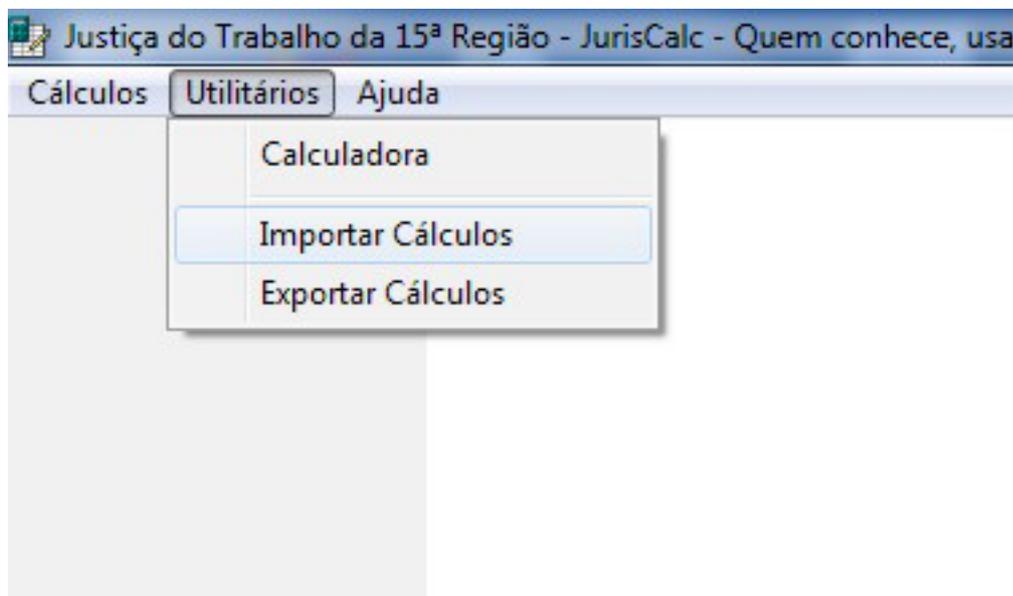
Os peritos encaminham o arquivo em formato próprio (.JCC) para o e-mail da Unidade, que efetuará a importação dos cálculos via Juriscalc, conforme instruções em anexo.

C. RESULTADO AUFERIDO:

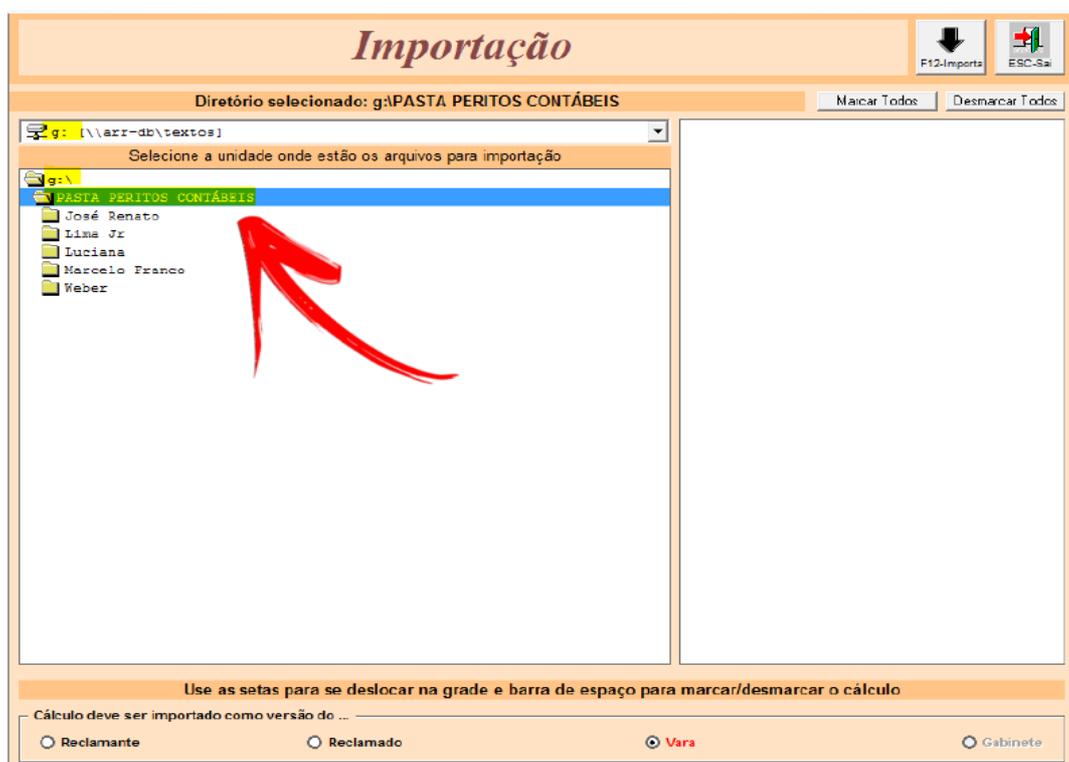
Uniformização dos procedimentos para a realização dos cálculos no PJE.

Procedimentos para importação de cálculos

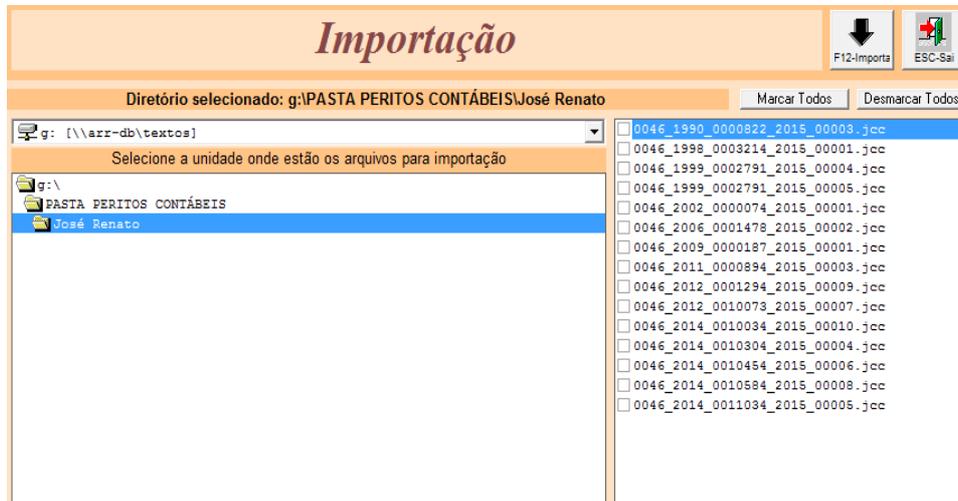
1. Ao receber o arquivo do perito (.jcc), por e-mail, aconselha-se o salvá-lo em pasta predefinida;
2. Abra o *Juriscalc* para dar início à importação do cálculo.
3. Ao visualizar a tela do *Juriscalc*, pressione a tecla "ESC".
4. Escolha o menu: **Utilitários** → **Importar cálculos**:



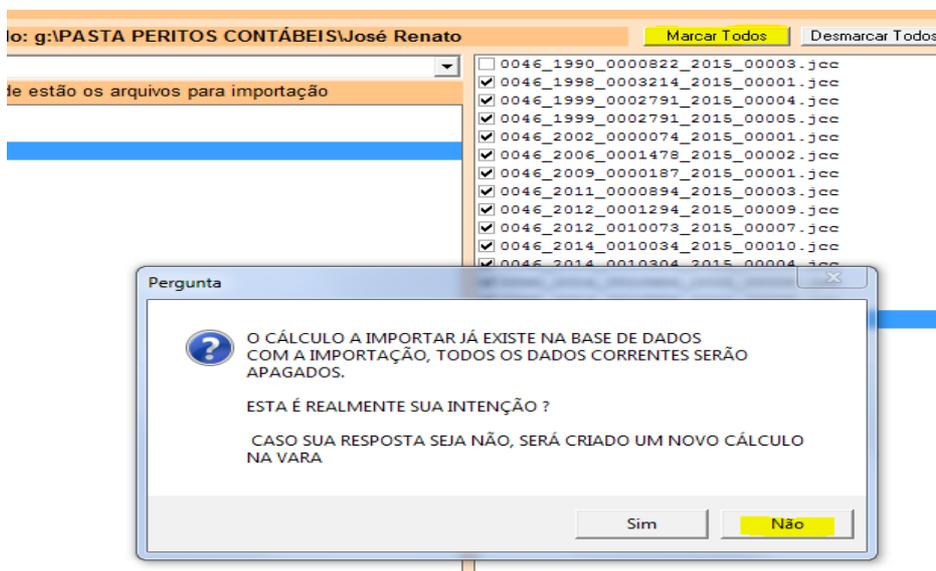
5. Selecione a pasta que contém o arquivo, na Janela **Importação**.



6. use as setas do teclado ou do *mouse* para encontrar a pasta do arquivo salvo anteriormente para importação;
7. Selecione a pasta. Os arquivos aparecerão automaticamente na janela da direita:

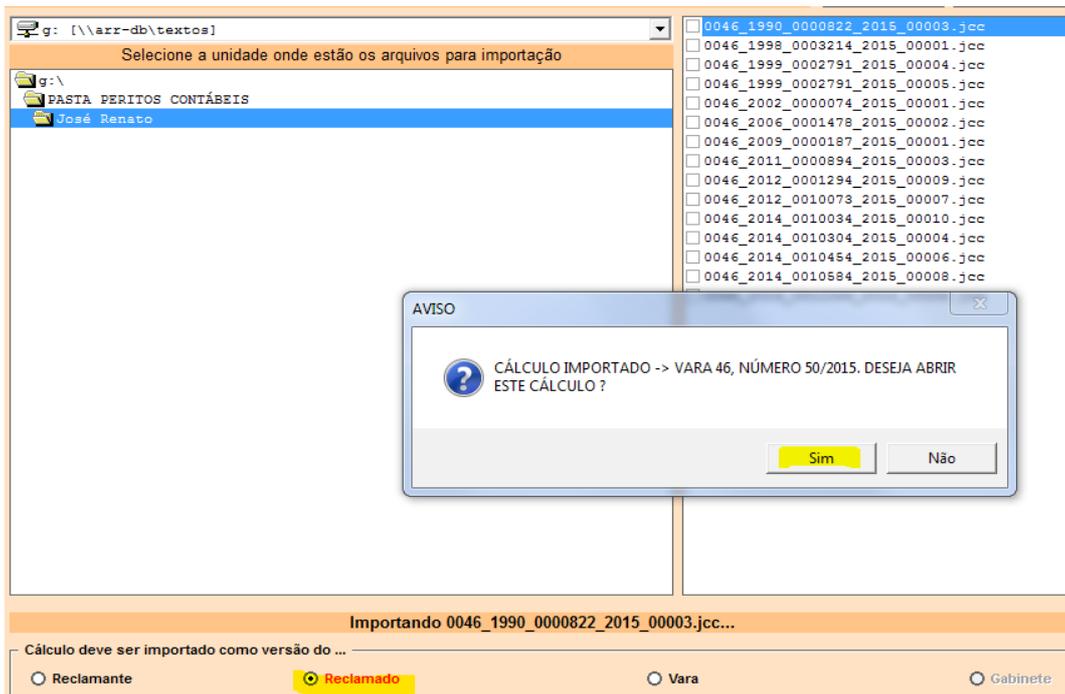


8. Marque a caixa ao lado no nome do arquivo, selecionando o processo.
9. No final da página, escolha **Reclamada**.
10. Clique em **F12-Importar** (topo da página).
11. Existindo uma outra versão do mesmo cálculo no sistema Juriscalc, aparecerá a mensagem que segue:



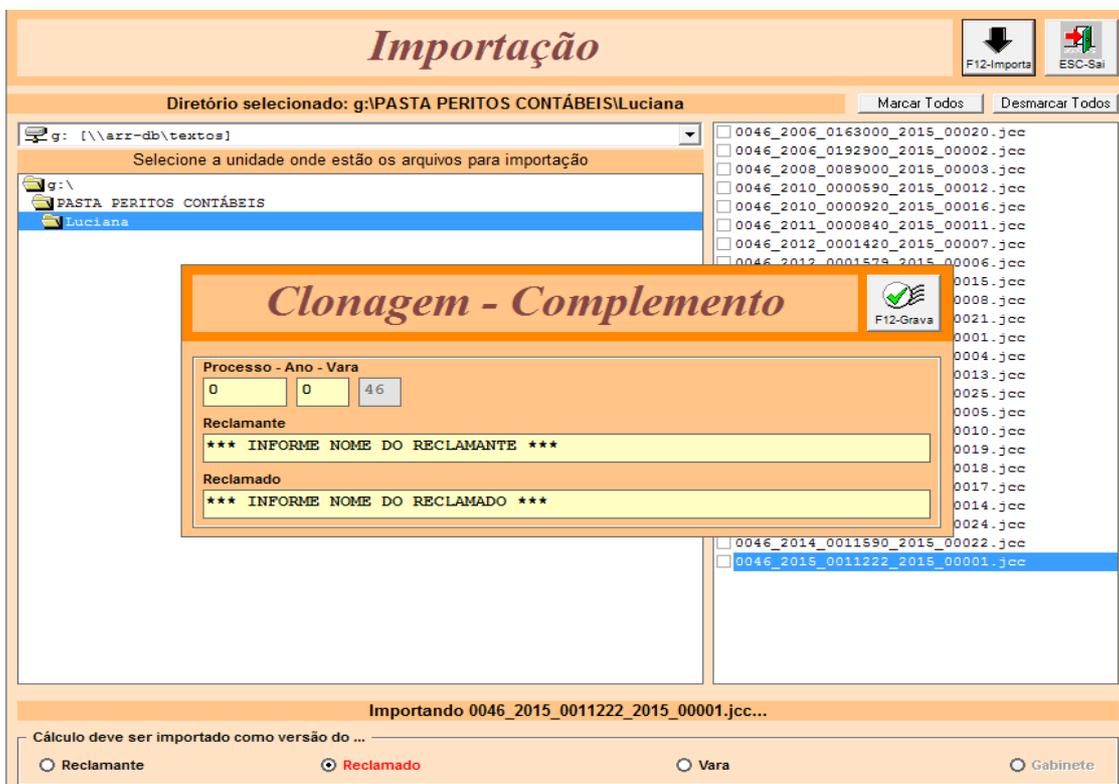
12. Selecionando **Sim**, ocorrerá um erro e o cálculo não será importado. Selecionando **Não**, será feita a importação com um novo número.

13. Após a correta importação do cálculo, o programa perguntará se deseja abrir o cálculo importado:



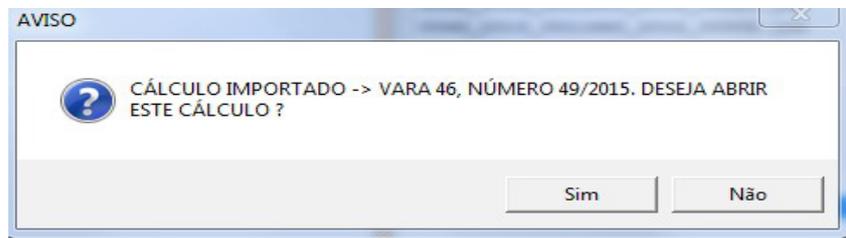
14. Clicando em **Sim**, o cálculo será aberto. Clicando em **Não**, a janela Importação será fechada.

15. Clique em **Sim**, e será aberta a tela **Clonagem - Complemento**.



16. Deverão ser preenchidos os campos com o número do Processo e das partes. A tecla **F12** grava os dados.

17. Aparecerá mensagem que segue. Escolha **Sim**.



18. Finalize com **F4-Clona** no topo da tela:

Termo

Calculadora: F4 - Clona, F7-Exporta, F10-Exclui, ESC-Sai, F12-Grava

CALCULO_IMPORTADO_E_AINDA_NAO_LIQUIDADO

Versão do cálculo apresentado pelo Reclamado

Tipo de Cálculo: Completo Simplificado Externo

Processo (NNNNNN-DD.AAAA.J.TR.0000) ⓘ: 11222 57 2015 5 15 0046 Cálculo - Ano - Setor: 49 2015 46

Reclamante: SÉRGIO T DE LIMA

Reclamado: VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA

Admissão	Demissão	Início	Término	Maior Remuneração	Ajuizamento
15/03/2004	08/05/2012	01/05/2015	31/05/2015	0,00	01/05/2015

Previdência do Segurado: Cobrar do Reclamado

FGTS: Depositar FGTS, Aplicar Multa 467 sobre Multa do FGTS

IRRF: Calcular IRRF, Incidir s/ Juros de Mora, Cobrar do Reclamado, Tributação Exclusiva, Tributação Em Separado

Aplicar Encargos Fiscais: Apoiado Maior 65 Anos

Dependentes: 0

Número de Meses: 0

Todas as verbas: 0, Férias: 0, Demais Verbas: 0, 13º Salário: 0

Juros: Havendo pagamentos, priorizar quitação de juros

Texto Livre: DEPÓSITO RECURSAL IP 5D0F74A VALOR ATUALIZADO EM 22/06/2015 R\$ 7.738,79 N° MESES IMPOSTO

19. O cálculo deverá ser clonado como versão da Vara:

Clonagem

Calculadora: F12-Grava, ESC-Sai

Processo (NNNNNN-DD.AAAA.J.TR.0000): 11222 57 2015 5 15 46

Cálculo deve ser clonado como versão do ...: Reclamante Reclamado Vara Gabinete

Reclamante: SÉRGIO T DE LIMA

Reclamado: VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA

20. Pressione **F12**. Seu cálculo receberá um novo número.
21. Pressione **ESC** duas vezes, para fechar as janelas. Retornaremos à tela inicial (em branco).
22. Clique em **Cálculos → Abrir**.
23. Digite o número do processo e pressione **F9**.
24. Selecione o tipo de cálculo: **externo**.

Termo

Última alteração: 29/10/2015 as 15:38:54, por LUCIENEMODEST

Versão do cálculo apresentado pela VARA

Tipo de Cálculo
 Completo Simplificado Externo

Processo (NNNNNN-DD.AAAA.J.TR.OOOO) F9					Cálculo - Ano - Setor			
11222	57	2015	5	15	0046	282	2015	46
Reclamante SERGIO T DE LIMA								
Reclamado VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA								
Admissão	Demissão	Início	Término	Maior Remuneração	Ajuizamento			
15/03/2004	06/05/2012	01/05/2015	31/05/2015	0,00	01/05/2015			

<input type="checkbox"/> Cobrar do Reclamado <input type="checkbox"/> Depositar FGTS <input type="checkbox"/> Aplicar Multa 467 sobre Multa do FGTS	<input type="checkbox"/> Calcular IRRF <input type="checkbox"/> Incidir s/ Juros de Mora <input type="checkbox"/> Cobrar do Reclamado <input type="checkbox"/> Tributação Exclusiva <input type="checkbox"/> Tributação Em Separado	<input type="checkbox"/> Aplicar Encargos Fiscais <input type="checkbox"/> Aposentado Maior 65 Anos Número de Meses Todas as verbas 0 Férias 0 Demais Verbas 0 13º Salário 0	<input checked="" type="checkbox"/> Juros Havendo pagamentos, priorizar quitação de juros
---	---	--	--

Texto Livre
 DEPÓSITO RECURSAL IP 5D0F74A VALOR ATUALIZADO EM 22/06/2015 R\$ 7.738,79
 N° MESES IMPOSTO

25. Clique em **F12-Grava** no topo da tela.

Parcelas Atualizáveis

F8-Limpa F10-Exclui F12-Grava

Parcela Parcela

Apelido

Tipo Informado Calculado

Vínculo

Geral Valor Base <input type="text"/> Taxa <input type="text"/> Taxa de Juros <input type="radio"/> 0% <input type="radio"/> 1% <input type="radio"/> Selic INSS <input type="radio"/> 0,5% <input type="radio"/> Selic IRRF Início <input type="text"/> Final <input type="text"/> Fixa <input type="checkbox"/>	Índice <input type="radio"/> TR Mensal <input type="radio"/> TR Diária <input type="radio"/> IPCA <input type="radio"/> IPCA-E <input type="radio"/> UFIR <input type="radio"/> TR/INPC <input type="radio"/> IPCAE/TR/IPCAE <input type="radio"/> TR/IPCAE STF <input type="radio"/> TR/IPCAE TST <input type="radio"/> Nenhum	Multa INSS <input type="checkbox"/> Apurar Multa INSS Início <input type="text"/> Final <input type="text"/> Fixa <input type="checkbox"/>
--	---	--

Parcelas Já Lançadas Neste Cálculo - Clique para selecionar

Seq	Descrição
1	PRINCIPAL NÃO TRIBUTÁVEL
2	JUROS S/ PRINCIPAL NÃO TRIBUTÁVEL
1	JUROS S/ PRINCIPAL NÃO TRIBUTÁVEL
1	INSS SEGURADO
1	INSS EMPRESA

Prática 10

Otimização dos recursos para administração do passivo da Unidade.

- **UNIDADE:** 2a VT de Jundiáí;
- **AUTORIA:** Prática coletiva.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Atraso na tramitação dos processos.

Causas diagnosticadas:

1. Trabalho diário baseado nas petições urgentes do dia anterior, definidas pelo Juiz ou por assunto;
2. Trabalho com processos por vencimento de prazo, sem otimização ou por tipo de petição;
3. Mutirão nos casos críticos.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

1. **Divisão dos servidores em equipes**, conforme Portaria GP-VPJ – CR nº 7/2012: a. conhecimento – duas equipes (1. pré-pauta – instrução – sentença; 2. perícia – recurso – remessa de recurso); b. liquidação; c. execução; d. logística.
2. **Fixação da data de corte** de 30 dias, para o estabelecimento do passivo.
3. **Rotina diária:** Pje (3 h) e Processos físicos (4 h) - relatório sem tramitação "do dia":

Relatorio de Processos sem Tramitação

Processos Sem Tramitação

Processo sem tramitação / com prazo vencido desde: 29/09/2015

Ordenar por:

Data de Tramitação Número/Ano
 Ano/Número Ocorrência/Data Tramitação

Tipo de Relatório: **Considerar os processos da contagem:**

Analítico

Forma de impressão:

Imprimir todos os processos desconsiderando as ocorrências do quadro ao lado
 Imprimir apenas os processos com ocorrências do quadro ao lado (desde que tenham Petição não juntada aos autos)

Papel Timbrado

Ocorrências

AAF - AAI - AAM - AEE - AGE - APS
ARQ - CAF - CCP - CDS - CGD - CGJ
CMH - CON - DOA - EDA - ELI - EXA
JNT - NEL - PJE - RAF - RAP - RCA
RDI - REA - RES - REU - RJ - RMA
RMC - RME - RMJ - RMP - RMT - RPG
RVE

Configura Saída **Imprimir**

IMPORTANTE:
Por trabalhar sobre a tabela de ocorrências, que é muito grande, esse relatório pode ser um tanto demorado.

2ª VARA DO TRABALHO DE FUNDIAR

Processos sem transição desde 29/09/2015

DESCONSIDERADOS OS PROCESSOS COM ÚLTIMA OCORRÊNCIA:

AAF-AAI-AM-AEE-AGE-APS-ARQ-CCP-COD-CBE-CBE-DEB-EDA-ELI-EXA-JUT-NEU-PUB-SAP-RCA-RDI-REA-RBU-RJU-RMA-RME-RMI-RMP-RMT-RPG-RVE

Processo	Ult. Ocor. Cod.	Texto Carimbo	Setor	Fase	Prazo
0000852-65.2013.5.15.0021	14/09/2015	PZO	Prazo - PARTES: IMPUGNAÇÃO/CONCORDANCIA LA SE1 PERICIAL (CONHECIME)	PZO	28/09/2015
0001798-05.2013.5.15.0161	14/08/2015	PZO	Prazo - FÉRITO: ENTREGA DE LAUDO CONHECIME BAL	PZO	28/09/2015
De.Petição não juntada aos Autos:26/10/2	Numero:106097/2015		Tipo:10049-Laudo Pericial (Conhecimento)	Parte:Perito	
0001804-78.2012.5.15.0021	01/09/2015	PZO	Prazo - REEDA: PAGAMENTO OU GARANTIA DA EXECUÇÃO	SB2	PZO 28/09/2015
De.Petição não juntada aos Autos:15/10/2	Numero:30426/2015		Tipo:10055-Notificação Devolvida - Outros	Parte:Outro	
0001955-75.2013.5.15.0161	13/08/2015	PZO	Prazo - FÉRITO: ENTREGA DE LAUDO CONHECIME BAL	PZO	28/09/2015
De.Petição não juntada aos Autos:13/08/2	Numero:104978/2015		Tipo:10049-Laudo Pericial (Conhecimento)	Parte:Perito	
0002061-37.2013.5.15.0161	21/07/2015	PZO	Prazo - FÉRITO: ENTREGA DE LAUDO CONHECIME BAL	PZO	28/09/2015
0002202-56.2012.5.15.0043	28/09/2015	PAN	Conclusões PARA JULGAMENTO - PROLATAR SENTE CLS ao Juiz EDNA PEDROSO ROMANINI	PAN	
0143000-51.2003.5.15.0021	28/09/2015	ROS	Remetido do oficial à secretaria	SB2	ROS
0159000-92.2004.5.15.0021	23/07/2015	PZO	Prazo - RECTS: MANIFESTAÇÃO SOBRE DOCUMENT	SB2	PZO 28/09/2015
0167100-94.2008.5.15.0021	28/09/2015	RCE	RECEBIDO EM EXECUÇÃO - para prossequir.	SB2	RCE
0000794-96.2012.5.15.0021	28/07/2015	PZO	Prazo - FÉRITO: VISTAS DOS AUTOS DESARQUIV	PZG	PZO 28/09/2015
0001607-57.2013.5.15.0161	24/08/2015	PZO	Prazo - FÉRITO: ENTREGA DE LAUDO CONHECIME BAL	PZO	28/09/2015
0001773-92.2011.5.15.0021	29/09/2015	DEX	Espedido(a) GUIA DE RETIRADA a(o) DEU	SB1	DEX
0001826-10.2010.5.15.0021	17/09/2015	PZO	Prazo - REEDA: PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS	SB2	PZO 28/09/2015
0002089-05.2013.5.15.0161	24/08/2015	PZO	Prazo - FÉRITO: ENTREGA DE LAUDO CONHECIME BAL	PZO	28/09/2015
De.Petição não juntada aos Autos:28/08/2	Numero:14946780/2015		Tipo:10147-Documentos	Parte:Reclamado	
0068200-42.2009.5.15.0021	29/09/2015	RCT	Recebido pela contadoria	CAL	RCT

Havendo possibilidade processos do passivo, a partir da Tabela Dinâmica e demais relatórios do SAP por "assunto" (restrição da ocorrência PZO);
 Acompanhamento dos resultados e reunião com as equipes;
 Capacitação dos servidores e melhoria das rotinas.

C. RESULTADO AUFERIDO:

Autonomia das equipes; melhor entrosamento entre os servidores; melhora do rendimento individual. Redução do acervo em 37,37% (período de 21/05/2015 a 02/10/2015), o equivalente a mais de 2.000 processos.

Realização:



TRT da 15ª Região
CORREGEDORIA REGIONAL